# CONTRATO
## Lei n° 14.133, de 1° de Abril de 2021

**CONTRATO N° 01.0706/2024**
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024 SRP**

**O MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR - PI**, inscrito no CNPJ n° 06.716.880/0001-83, por intermédio da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, inscrita no CNPJ n° 30.461.947/0001-60, com sede na Praça Luis Miranda, 318, Bairro Centro, CEP 64.280-000, Campo Maior - PI neste ato representado por seu Secretário Sr. José Francisco de Araújo Oliveira, Portador do CPF n° 047.295.953-00, nomeado pelo Decreto Municipal n° 009/2021, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **CLEMILTON RODRIGUES DE SOUSA ALVES - ME**, inscrita no CNPJ n° 30.273.194/0001-60, com sede na Rua Padre Galileu, 28, Bairro Nossa Senhora de Fatima, CEP 64.280-000, Campo Maior - PI, neste ato representado por Clemilton Rodrigues de Sousa Alves, portador do CPF n° 001.638.943-37, doravante denominado **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 006/2024 e Ata de Registro de Preços n° 028/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II).

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR - PI, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme detalhamento abaixo:

| |
|---|
| **EMPRESA:** CLEMILTON RODRIGUES DE SOUSA ALVES - ME |
| **CNPJ:** 30.273.194/0001-60 |
| **ENDEREÇO:** Rua Padre Galileu, 28, Bairro Nossa Senhora de Fatima, CEP 64.280-000, Campo Maior - PI |
| **REPRESENTANTE:** Clemilton Rodrigues de Sousa Alves, portador do CPF n° 001.638.943-37 |
| **E-MAIL:** rodriguesclemilton263@gmail.com<br>**TEL.:** (86) 99435-0575 |

**LOTE I**
**SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO OBJETO | UND. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Serviço de vidraçaria com fornecimento de vidro incolor 3mm | M² | 15 | R$ 165,00 | R$ 2.475,00 |
| 2 | Serviço de vidraçaria com fornecimento de vidro incolor 4mm | M² | 15 | R$ 185,00 | R$ 2.775,00 |
| 3 | Serviço de vidraçaria com fornecimento de vidro incolor 6mm | M² | 18 | R$ 285,00 | R$ 5.130,00 |
| 4 | Serviço de vidraçaria com fornecimento de | M² | 25 | R$ 365,00 | R$ 9.125,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | vidro temperado incolor 8mm | | | | |
| 5 | Serviço de vidraçaria com fornecimento de janela de vidro temperado incolor 8mm | M² | 15 | R$ 450,00 | R$ 6.750,00 |
| 6 | Serviço de vidraçaria com fornecimento de porta de vidro temperado incolor 8mm | M² | 20 | R$ 450,00 | R$ 9.000,00 |
| 7 | PUXADOR DE PORTAS PARA VIDROS ESPECIFICAÇÕES: Material-Aço Inox 304, Instalação em Área interna e externa, Conteúdo da embalagem 1 par de puxador, lado de dentro e lado de fora (macho e fêmea), Medida do puxador - 30cm, Medida da barra largura - 4cm, Medida da barra espessura - 1cm, Suporte de fixação redondo | PAR | 8 | R$ 170,00 | R$ 1.360,00 |
| 8 | FECHADURA PARA VIDROS ESPECIFICAÇÕES: fechadura para porta de vidro de abrir pivotante 1520 fechadura feito em metal zamac cromado | UND | 8 | R$ 140,00 | R$ 1.120,00 |
| 9 | Perfil de alumínio para vidros, reforçado, para vidros de 3mm a 8mm, peça medindo no mínimo 3 metros | UND | 8 | R$ 140,00 | R$ 1.120,00 |
| 10 | Roldanas para vidros | UND | 20 | R$ 29,00 | R$ 580,00 |
| 11 | Mola Hidráulica, reforçada | UND | 8 | R$ 600,00 | R$ 4.800,00 |
| 12 | Kit ferragens | UND | 8 | R$ 165,00 | R$ 1.320,00 |
| 13 | Puxador, reforçado, em INOX | PAR | 8 | R$ 94,00 | R$ 752,00 |
| 14 | Trinco superior para porta de vidro, reforçado | UND | 8 | R$ 35,00 | R$ 280,00 |
| 15 | Instalação referente aos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 | SERV | 15 | R$ 150,00 | R$ 2.250,00 |

**VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 48.837,00 (quarenta e oito mil oitocentos e trinta e sete reais).**

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; O Edital da Licitação; A Proposta da contratada; e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é até 31 de Dezembro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO.

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V).

**5.1. O valor total da contratação é de R$ 48.837,00 (quarenta e oito mil oitocentos e trinta e sete reais).**
**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI).

**6.1.** O prazo para pagamento a contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V).

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
**7.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
**7.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
**7.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
**7.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

**8.1.** São obrigações da Contratante:
**8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
**8.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
**8.4.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
**8.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no

**8.7.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
**8.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
**8.9.** A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
**8.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta dias) úteis.
**8.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII).

**9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
**9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
**9.3.** Comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
**9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
**9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
**9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
**9.7.** Quando Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos: a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada; b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas); c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
**9.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
**9.10.** Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
**9.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
**9.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
**9.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
**9.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII).

**10.1.** NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL DA EXECUÇÃO.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
**11.2.** Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
**I - Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
**II - IMPEDIMENTO de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
**III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
**IV - Multa:** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:
**a)** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
**b)** de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
**c)** de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite

correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**V** - 1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

**a)** Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

**b)** Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

**c)** Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

**V** - 2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

**a)** Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

**b)** Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

**V**- 3. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

**V** - 4. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

**V** - 5. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.3.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.3.5.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.7.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
**11.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
**11.9.** Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX).

**12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
**12.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:
a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
**12.2.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
**12.2.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
**12.2.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
**12.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
**12.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
**12.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
**12.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
**12.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
**12.4.3.** Indenizações e multas.
**12.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**12.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII).

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| | |
|---|---|
| **Unidade orçamentária** | 02.19.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA |
| **Projeto atividade** | 15.452.0031.2113 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE LIMPEZA URBANA |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA |
| **Projeto atividade** | 04.122.0004.2036 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL |
| **Projeto atividade** | 20.606.0004.2121 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.01.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS |
| **Projeto atividade** | 04.131.0002.2039 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS |
| **Projeto atividade** | 04.123.0006.2049 – MANUTENÇÃO E MODERN. DA GESTÃO TRIBUTARIA E FINANCEIRA |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.13.01 – SECRETARIA MUN. DE PLAN., ORÇ., PARTICIP., PROJETOS E DES. ECONÔMICO |
| **Projeto atividade** | 04.121.0015.2019 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA |

| | |
|---|---|
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO |
| **Projeto atividade** | 27.812.0019.2133 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.18.01 – SEC. MUN. PESSOAS COM DEF., TRANSPORTE, TRANSITO E MOBILIDADE |
| **Projeto atividade** | 15.782.0004.2033 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |
| | |
| **Unidade orçamentária** | 02.13.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA |
| **Projeto atividade** | 15.451.0030.2109 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA |
| **Elemento de despesa** | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO<br>33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA |
| **Fonte** | 500 – RECURSO ORDINÁRIO |

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES.

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
**15.2.** A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.
**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO.

**16.1.** Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º).

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Maior - PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Maior - PI, 07 de Junho de 2024.

Jose Francisco de Araújo Oliveira
Secretário Municipal de Relações Institucionais
**CONTRATANTE**

CLEMILTON RODRIGUES DE SOUSA ALVES – ME
CNPJ n° 30.273.194/0001-60
**CONTRATADA**

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Id:0CC55A51BE822E92

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CAMPO MAIOR

## EXTRATO DE CONTRATO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 SRP PMCM-PI. CONTRATO Nº 01.0706/2024. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 14.133/2021. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR - PI. **CONTRATADA:** CLEMILTON RODRIGUES DE SOUSA ALVES - ME, inscrita no CNPJ nº 30.273.194/0001-60. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 48.837,00 (quarenta e oito mil oitocentos e trinta e sete reais). **VIGÊNCIA:** Da data de assinatura do contrato ate 31/12/2024. **DATA HOMOLOGAÇÃO:** 20/05/2024. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 07/06/2024. **SIGNATÁRIOS:** Município de Campo Maior - PI, através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, neste ato representado por seu Secretário Sr. . José Francisco de Araújo Oliveira, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa CLEMILTON RODRIGUES DE SOUSA ALVES - ME, inscrita no CNPJ nº 30.273.194/0001-60, neste ato representado pelo Sr. Clemilton Rodrigues de Sousa Alves, doravante denominado **CONTRATADO.**

Id:0E289FCA1C0C2E91

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CAMPO MAIOR

**EXTRATO PARCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS**
**Nº 030/2024 PMCM-PI**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**
**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR - PI.
**PREGOEIRO:** ROBERTO VISGUEIRA MACEDO
**DATA ADJUDICAÇÃO:** 05/06/2024
**DATA HOMOLOGAÇÃO:** 05/06/2024
**SEC. MUN. DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:** JOSE FRANCISCO DE ARAÚJO OLIVEIRA

**LOTE I**
**AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO OBJETO | UND | QUANT. | VALOR. UNT. R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | ÁGUA MINERAL GALÃO DE 20 LITROS, SEM GÁS, LACRADA, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA | UND | 20.000 | R$ 7,20 | R$ 144.000,00 |
| 2 | ÁGUA MINERAL 0,50 (500) ML, SEM GÁS, FARDO COM 12 UNIDADES, ACONDICIONADA EM GARRAFAS TRANSPARENTE, COM LACRE, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA | FARDO | 10.000 | R$ 15,60 | R$ 156.000,00 |
| 3 | AGUA MINERAL EM COPO DE 0,20 (200) ML, CAIXA COM 48 UNIDADES, AGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM COPO TRANSPARENTE E LACRADA COM FOLHA DE ALUMÍNIO, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA | CAIXA | 10.000 | R$ 36,40 | R$ 364.000,00 |
| 4 | VASILHAME PARA ACONDICIONAMENTO DE AGUA MINERAL, GARRAFÃO DE 20 LITROS, MATERIAL POLIPROPILENO, RETORN ÁVEL. RECIPIENTE NOVO, SEM UTILIZAÇÃO ANTERIORMENTE. | UND | 1.000 | R$ 21,90 | R$ 21.900,00 |

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CAMPO MAIOR

**VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 685.900,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil e novecentos reais).**

Observações:

A empresa detentora da expectativa do direito de contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI, poderá ser contratada de acordo com a necessidade deste município e suas secretarias, observada a demanda exigida e prazo para atendimento conforme exigências do Edital e Ata de Registro de Preços, a qual fica recepcionada como neste extrato;

A liberação e consequente Contrato Administrativo ficarão adstritos a indicação de dotação orçamentária para a conseqüente despesa;

A unidade requisitante fará a requisição (pedido) do objeto conforme sua necessidade, observando sempre as condições do Extrato Parcial, os itens e respectivas especificações, levando-se em consideração as quantidades definidas no Termo de Referência e demais disposições da Ata de Registro de Preços;

A Ata de Registro de Preços nº 030/2024 integra este Extrato Parcial como se nele estivesse transcrita, produzindo todos os efeitos legais, vinculada que está ao Pregão Eletrônico nº 009/2024 SRP PMCM-PI.

| | |
|---|---|
| **DETENTORA dos Itens 1, 2, 3 e 4.** | J & M SERVIÇOS LTDA |
| **CNPJ:** | 53.103.146/0001-29 |
| **CONTATO** | Fone: (86) 98107-5477 |
| **ENDEREÇO** | Avenida Nilo Oliveira, 917, Bairro Santa Cruz, CEP 64.280-000 |
| **CIDADE** | Campo Maior - PI |
| **EMAIL** | jemlicitacoes01@gmail.com |

**ANEXO I – DO CADASTRO DE RESERVA**

**1º CLASSIFICADA**

| | |
|---|---|
| **CADASTRO DE RESERVA nos Itens 1, 2, 3, e 4.** | DU MOCO INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS LTDA |
| **CNPJ:** | 22.493.931/0001-01 |
| **CONTATO** | Fone: (86) 98150-4141 |
| **ENDEREÇO** | Rodovia MA 040, Bairro Bom Jardim, CEP 65.630-970 |
| **CIDADE** | Timon - MA |
| **EMAIL** | aguadumoco@gmail.com |

Id:0F8BE54279962E90

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CAMPO MAIOR

**EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO**
**CONTRATO Nº 01.0806/2022**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022 SRP**

**ESPÉCIE:** Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 01.0806/2022 PMCM-PI. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI, por intermédio da Secretaria Municipal de Relações Institucionais de Campo Maior - PI. **CONTRATADO:** SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 00.878.230/0001-58. **OBJETO CONTRATUAL:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR - PI, QUANDO DO DESLOCAMENTO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS E SERVIDORES NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES. **OBJETO DO ADITIVO:** Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato passando a vigência ser do dia 08/06/2024 a 06/06/2025, contados da data da sua assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 57 da Lei nº 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA:** 06/06/2024. **SIGNATÁRIOS:** Município de Campo Maior - PI, através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, neste ato representado por seu Secretário Sr. José Francisco de Araújo Oliveira, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 00.878.230/0001-58, neste ato representado pela Sra. Claudia Maria de Melo Costa Azevedo, doravante denominado **CONTRATADO.**